

04/07/2017 - 05:00

As falácias de composição

Por **Luiz Belluzzo e Gabriel Galípolo**

A despeito das expectativas acerca das expectativas racionais, a prodigiosa confiança foi incapaz de antecipar um "reequilíbrio" das condições de crescimento após a sequência de golpes desferidos na economia brasileira: o choque de juros, que no período entre 2013 e 2015 promoveu uma elevação de 7 pontos na taxa Selic (de 7,25% para 14,25%); o choque de preços dos insumos universais, logo após as eleições, quando a necessária correção de preços administrados foi posta em prática carecendo de recomendável temperança, elevando a inflação dos preços administrados de 5,32% em dezembro de 2014, para 13,37% em março de 2015; e a contração dos investimentos públicos.

Estudo do Ipea, "Uma radiografia do gasto público federal entre 2001 e 2015", de Sérgio Wulff Gobetti e Vinícius Lima de Almeida, sinaliza que "mais uma vez, a principal variável de ajuste foram os gastos de investimento, sejam os realizados diretamente pelo governo, sejam os realizados por meio de transferências a Estados e municípios".

Mais recentemente, em sua Carta de Conjuntura nº 35, publicada no 2º trimestre de 2017, o Ipea destaca que a política fiscal no primeiro quadrimestre de 2017 caracterizou-se pela continuidade de déficits primários relativamente elevados e por déficits nominais ainda em torno de 9% do PIB, pela pressão ainda forte dos juros.

A 'racionalidade' dos empresários não recomenda se endividar para investir e contratar empregados

A dívida pública manteve-se em crescimento como proporção do PIB, atingindo 47,7% no conceito "dívida líquida do setor público consolidado" e 71,7% no conceito "dívida bruta do governo geral".

Segundo a Carta do Ipea, tal desempenho reflete dois fatores: a queda de quase 2% em termos reais das receitas do governo federal - devido à retração da atividade econômica - e a rigidez das despesas que, não obstante, caíram 4,3% reais em relação ao primeiro quadrimestre de 2016.

Dentre as despesas que vêm sofrendo reduções mais fortes estão os subsídios, compensações ao RGPS e abono salarial, incluídas entre as "outras despesas obrigatórias", e os investimentos, incluídos nos gastos discricionários.

As despesas discricionárias caíram 26,7% em termos reais no primeiro quadrimestre relativamente ao mesmo período de 2016. Destaca-se nessa comparação a redução real de 65,8% nas despesas do PAC e do Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Afirmam os economistas do Ipea que "o escopo para a ampliação do ajuste nos termos em que vem ocorrendo parece limitado".

Recentemente o senador José Serra pediu uma reformulação "significativa" da política econômica, uma advertência quanto aos perigos de seu caráter pró-cíclico. Segundo ele, a principal causa do déficit é a queda da arrecadação associada à depressão econômica: "O déficit só diminuirá se a economia voltar a crescer e isso depende, em boa medida, da queda dos juros, que são os mais altos do mundo".

A expressão "em grande medida" sugere que, diante da profundidade da recessão, a queda nas taxas de juros é necessária, mas não suficiente para a recuperação da economia brasileira. Mesmo com a queda no custo de acesso ao crédito, a "racionalidade" dos empresários de carne e osso não recomenda se endividar, investir, ampliar a capacidade produtiva e contratar empregados com ociosidade nas fábricas e na ausência do crescimento da demanda. Sem a retomada das contratações e queda do desemprego, como esperar o retorno do consumo? Isso só acontece no mundo imaginário dos modelos de produto potencial. C'è un sacco de bella roba qui, exclamariam nossos avoengos.

De acordo com estimativas do Cemec (Centro de Estudos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), a taxa de investimento de empresas e famílias caiu de 19% em 2013, ponto mais alto dos últimos anos, para 13,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em dezembro de 2016, o pior nível desde 2000.

A pífia taxa de investimento do setor público que era de 3% em 2014, caiu para 1,8% do PIB em 2016, o menor nível desde 2004.

No que tange o mercado de trabalho, a Carta de Conjuntura do Ipea destaca que o contingente de trabalhadores desempregados na economia brasileira saltou de 7,9 milhões no primeiro trimestre de 2015 para 14,2 milhões no primeiro trimestre de 2017, o que significa um aumento de quase 80%.

Apenas nos últimos 12 meses, contabilizados até abril de 2017, 2,2 milhões de brasileiros passaram à condição de desocupados.

Além disso, a taxa de permanência no desemprego cresceu. No primeiro trimestre de 2017, 48% dos trabalhadores desocupados não conseguiram nenhuma colocação no mercado de trabalho, independentemente do tipo de ocupação, no mesmo período de 2016 essa cifra era de 44%. Na comparação com o período pré-crise, esta alta é ainda mais expressiva, tendo em vista que no início de 2012, a proporção dos trabalhadores que se mantinham na condição de desempregados era de 35%.

Enquanto as fábricas se encharcam de capacidade ociosa, as decisões "racionais" do ponto de vista microeconômico prestam homenagem às falácias de composição que infestam os modelos macroeconômicos. Para cada empresa era racional dispensar trabalhadores, funcionários, assim como, diante da sobra de capacidade, procrastinar investimentos que geram demanda e empregos em outras empresas. Para cada banco individualmente era recomendável subir o custo do crédito e restringir a oferta de novos empréstimos.

Os consumidores reduzem os gastos, uns por estarem desempregados, outros com medo do desemprego. O comércio capota e reduz as encomendas aos fornecedores, que acumulam estoques e cortam ainda mais a produção. As demissões disparam. A arrecadação mingua, sugada pelo redemoinho da atividade econômica em declínio. Isso enquanto a dívida pública cresce sob o impacto dos juros reais.

A confiança do empresário está ancorada nas expectativas a respeito da evolução da demanda, a do trabalhador na segurança de seu emprego. Para além de expectativas, mais ou menos racionais, a retomada do crescimento supõe a redução nas taxas de juros e o apaziguamento da volatilidade cambial; parcerias com a iniciativa privada na coordenação e promoção de investimentos em inovações, dinamizando a economia pela retomada do

protagonismo da indústria, que atingiu seu menor nível de participação no PIB desde 1947; programas maiores e de longa duração na melhoria da infraestrutura pública, por seus efeitos multiplicadores na geração de emprego e renda, aumento da produtividade, competitividade sistêmica e melhoria na qualidade de vida que engendram.

Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, escreve mensalmente às terças-feiras. Em 2001, foi incluído entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX no Biographical Dictionary of Dissenting Economists.

Gabriel Galípolo é professor do Departamento de Economia da PUC/SP e sócio da Galípolo Consultoria